



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CTPAT

COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

**45ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do
Trabalhador**

Ata da ordem do dia 12 de abril de 2012

1 No dia 12 de abril de 2012, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, Anexo,
2 América Latina B, sala 111, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco F, no Distrito Federal, foi
3 realizada a 45ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do
4 Trabalhador. A reunião foi presidida pelo Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima (MTE) e teve as
5 seguintes presenças: Sr. Itamar Pedro da Silva (MF); Carlos Cezar Soares Batista (MPOG);
6 Sra. Mariana Carvalho Pinheiro (CGAN/SAS); Sr. Valeir Ertle (CUT); Sr. Régis Savietto Frati
7 (FS); Sr. Maurício Ferreira Silva (CGTB), Sr. Mário Teixeira (CTB); Sr. Fábio de Salles
8 Meirelles (CNA); Sr. Nicolino Eugênio da Silva Jr. (CNF); Sr. Norton Luiz Lenhart (CNC);
9 Sra. Gina Marini Vieira Ferreira (CNI), Sr. Jovenilson Alves de Souza (CNT); Sr. Samir
10 Abdalah (CNTur); Sr. Marcus Mugnaini (CNI); Sr. Oton Garcia (MTE); Sra. Tatiana Vella
11 Carneiro (CNA); Sra. Tatiana Abranches (CNC); Sra. Helenice Maria Silva (MPS); Sr. Antônio
12 Ibarra (DIEESE); e, Sra. Andréia Figueiredo (DIEESE). **1. ABERTURA.** Iniciando o evento,
13 o Sr. Rinaldo procedeu à apresentação pelos presentes, com cada um indicando nome e
14 representação, para conhecimento dos demais. A seguir, justificou as ausências da Sra. Patrícia
15 Gentil, MDS, Sr. Artur Bueno de Camargo, Nova Central e do Sr. Canindé Pegado, da UGT e
16 da Sra. Vera Albuquerque, que se encontrava em outro compromisso. **2. Pauta.** Indagou se
17 havia alguma sugestão quanto à mesma, não havendo nenhuma indicação. **3. Aprovação da**
18 **Ata da 44ª RO.** Após a correção de algumas questões, a mesma foi considerada aprovada. **4.**
19 **Discussão sobre a revisão da regulamentação do PAT.** Indicou a proposta apresentada pela
20 bancada do governo, e que havia sido retirada de pauta, com as bancadas de trabalhadores e
21 empregadores comprometendo-se a buscar uma estratégia conjunta para apresentar uma nova
22 proposta de revisão da regulamentação do Programa. O Sr. Régis sugeriu uma alteração na
23 pauta e colocar no ponto de discussão o DIEESE, discorrendo sobre o trabalho realizado e os
24 encontros com o mesmo para buscar uma solução que abrangesse todas as entidades
25 envolvidas. Propôs que após a fala do Sr. Nicolino, passassem ao tema DIEESE, para que
26 expusesse o projeto e relatando que a CGTB ainda não havia conseguido equacionar a parcela
27 de pagamento ao mesmo, buscando-se uma solução para essa pendência. O Sr. Nicolino
28 concordou com as palavras do Sr. Régis, relatando as conversações entre as Centrais Sindicais
29 e as Confederações Patronais para que houvesse um consenso sobre a questão de contratação
30 do DIEESE para execução do estudo necessário para a formulação dessa proposta conjunta e
31 que seria exposta pelo Sr. Ademir. Discorreu sobre o trabalho proposto pelo DIEESE,
32 ressaltando o caráter histórico do momento que estavam vivendo, os organismos responsáveis
33 por esse acontecimento, com debate aberto pelo MTE e sob os auspícios do Departamento de
34 Saúde e Segurança do Trabalho. Solicitou o registro que esse conagraçamento levava ao
35 amadurecimento desse tema, que congregava empregadores e trabalhadores em torno de um
36 mesmo propósito e concordando com a contratação do DIEESE para a realização de um
37 trabalho dessa natureza, com esse organismo vencendo todas as barreiras para levar a cabo esse
38 estudo. O Sr. Ademir falou sobre os projetos executados pelo DIEESE, apresentando o Sr.
39 Antônio Barra, técnico de Brasília e que acompanharia a execução desse estudo, estando à
40 disposição sempre que necessário. Discorreu sobre o consenso existente para a confecção desse
41 projeto, comum entre representação de trabalhadores e patronal, mas, estando em um mesmo
42 lado na construção de um amplo diagnóstico que permitisse analisar historicamente esse
43 processo, qualificando e dando maior abrangência a esse programa de grande importância
44 social. Falou sobre os estudos existentes no DIEESE e que poderiam ser somados a esse
45 projeto, ademais da realização de oficinas e unificação do documento pelos diversos grupos de
46 estudo, fornecendo subsídios e exercendo papel técnico na elaboração das propostas. O Sr.
47 Ademir indicou que esse estudo estava previsto para ser executado em seis meses, discorrendo
48 sobre como estava sendo feito e as diversas fases a serem percorridas. Ressaltou que um dos
49 objetivos era oferecer subsídio ao debate em geral da sociedade sobre esse tema, destacando a
50 necessidade de apoio do MTE para esse empreendimento, deixando com os presentes as cópias

51 dos 12 contratos já assinadas pela Presidente e pelo Diretor Técnico do DIEESE, colocando-se
52 à disposição. O Sr. Rinaldo manifestou sua satisfação por este projeto estar acontecendo na
53 Comissão Tripartite do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, encontrando que
54 estavam no caminho certo e que traria resultados bastante positivos. Manifestou que gostaria
55 de ter maiores informações sobre a proposta em tela, conhecendo-se o produto esperado por
56 essa contratação, falando sobre a proposta apresentada em 2010. Observou que a última
57 mudança na regulamentação do programa havia sido em 2006, indagando às duas bancadas se
58 o projeto contemplava todos os objetivos previstos. O Sr. Régis ponderou que os contratos
59 entregues seriam assinados pelas entidades, sendo que se os mesmos fossem disponibilizados
60 para todos, os objetivos do trabalho ficariam esclarecidos. O Sr. Norton falou sobre a
61 finalidade de trazer o DIEESE para o projeto, pois haviam chegado a um impasse e não
62 conseguiam avançar, ademais de levar o programa para mais trabalhadores, discorrendo sobre
63 as ações realizadas. Concordava com o Sr. Nicolino de ser esse um momento ímpar entre a
64 bancada dos trabalhadores e dos empregadores e também para o DIEESE, considerando a
65 importância da alimentação do trabalhador. Ponderou que o projeto tinha a finalidade de fazer
66 com que pudessem ampliar e qualificar o projeto já existente. O Sr. Valeir informou o início do
67 seu contato com esse projeto, tendo havido divergências na ampliação do programa, com o Sr.
68 Rinaldo informando que já alcançavam a 15 milhões. Prosseguindo, o Sr. Valeir indicou que
69 tinham condições de triplicar esse número, mas sendo importante discutir e melhorar o plano,
70 com as bancadas tendo que debater com diversos órgãos para seu desenvolvimento. O Sr.
71 Nicolino, ressaltando a importância desse momento, ponderou que os Presidentes que
72 assinariam os contratos deveriam estar presentes, participando e conhecendo a questão em
73 discussão, antecipando que o escopo desse contrato era a ampliação do programa a ser
74 trabalhado pelo DIEESE. Explanou sobre as melhorias a serem implementadas e que
75 constavam no contrato e no plano de trabalho anexo, disponível para conhecimento de todos.
76 Solicitou o apoio de todos para esse projeto, informando que o Sr. Ademir já havia solicitado
77 ao MTE, assim como aos demais Ministérios, discorrendo sobre a participação do Ministério
78 da Fazenda e a importância da questão tributária envolvida no programa, razão do grande
79 número de trabalhadores fora do mesmo. O Sr. Rinaldo colocou a necessidade de que apenas
80 um representante levasse os originais a serem assinados, com a concordância do Sr. Nicolino,
81 que sugeriu a elaboração de um protocolo de passagem do documento, com o 11º signatário
82 entregando depois todos assinados. O Sr. Régis sugeriu que o Sr. Nicolino, Coordenador da
83 bancada dos empregadores, era a pessoa mais adequada para começar esse processo. O Sr.
84 Rinaldo destacou sua satisfação com as colocações feitas, relatando o trabalho realizado no
85 outro lado do tripartismo, dentro do Departamento de Segurança e Saúde no trabalho, estrutura
86 um pouco maior do que a CTPAT, por ser uma Comissão Tripartite Paritária Permanente.
87 Discorreu sobre sua estrutura e as ações realizadas, falando sobre o que haviam alcançado com
88 diversas instituições. Falou sobre o programa em tela e os impasses ocorridos, o que havia
89 inviabilizado a revisão da regulamentação, que trazia muitos pontos positivos para todos os
90 componentes dessa comissão. Relatou que vinham recebendo reclamação quanto aos
91 cancelamentos de inscrição no PAT, com pedidos para que concluíssem a revisão dos
92 procedimentos, dos critérios e das sanções para o descumprimento das regras do programa,
93 falando que atualmente era previsto como penalidade para o descumprimento de regras, o
94 cancelamento da inscrição, falando sobre o que esse cancelamento gerava de repercussão para
95 um empregador inscrito no Programa, mas que essa medida deveria continuar para coibir os
96 desvios acontecidos, mas com várias situações podendo ser tratadas com advertência ou com a
97 suspensão temporária da inscrição. Falou sobre a repercussão que gerava para os trabalhadores
98 dessas empresas e que ficavam sem o Programa, com o Ministério tendo proposto essa
99 graduação das medidas a serem aplicadas quando ocorriam desvios no cumprimento do
100 programa, sendo um dos pontos que precisavam ser discutido e que precisavam mudar,

201 mas a isenção de encargos era considerável. O Sr. Régis observou que teriam que ter esse foco,
202 indagando qual era a proposta sobre as graduações nas punições, solicitando fosse feito um
203 novo documento com o que havia sido discutido no ano anterior. O Sr. Rinaldo, indicando as
204 colocações anteriores, ressaltou que havia que chamar as operadoras para responsabilidade,
205 com relação ao responsável técnico, precisando flexibilizar a autogestão das pequenas
206 empresas, falando sobre o universo daquelas que precisavam de responsável técnico. Após
207 colocações sobre a necessidade de responsável técnico, cuja contratação pelas pequenas
208 empresas tinha uma proposta de flexibilização. O Sr. Samir falou sobre a responsabilização das
209 empresas operadoras dos cartões, que não se preocupavam se o restaurante tinha ou não
210 condições de servir uma boa alimentação, cobrando taxas exorbitantes, com o cartão
211 alimentação sendo usado em outros tipos de estabelecimento, o que desvirtuava o programa. O
212 Sr. Rinaldo indicou que estava na proposta restringir mais o credenciamento, sugerindo chamar
213 a entidade que representava os postos de combustíveis e alertá-los de que o aceite do cartão
214 consistia em grave desvirtuamento e fraude do PAT. O Sr. Norton falou sobre os diversos
215 profissionais da área de alimentação que faziam esse controle, observando que os restaurantes
216 que não participavam do Programa não eram obrigados a ter esse profissional, colocando sua
217 preocupação com as obrigações impostas às empresas, as quais tinham suas responsabilidades
218 quanto da ocorrência de problemas, e a quem cabia a decisão de contratar ou não responsável
219 técnico, não concordando com essa imposição. Ponderou que o princípio fundamental do
220 fornecedor de alimentação era fornecer uma alimentação sadia, com as responsabilidades civis
221 todas sendo da mesma, de algum problema que houvesse. Que não estavam divergindo, mas
222 que havia que se ter cuidado, pois a grande maioria das empresas eram empresas familiares,
223 muitas delas ganhando menos que as empresas fornecedoras de ticket. Destacou que 98% eram
224 pequena e micro empresa e qualquer desvio na área de administração da empresa ela quebraria,
225 não tendo como suportar cada empresa de alimentação ter um nutricionista. O Sr. Rinaldo
226 ponderou que o PAT era um programa de adesão voluntária e para aderir esse programa, havia
227 uma série de benefícios, não sendo o governo, mas sim a Comissão que havia colocado que
228 para ter acesso a esses benefícios era necessário garantir uma boa alimentação, principalmente
229 segura, sendo esse o papel do responsável técnico, tendo uma lei que regulamentava essa
230 profissão, indicando aqueles que precisavam desse profissional. Com relação, principalmente
231 aos pequenos estabelecimentos, com dificuldades de contratação do responsável técnico,
232 tinham uma proposta para flexibilizar essa contratação, sendo uma forma de contratação
233 coletiva. O Sr. Nicolino falou sobre a questão desvirtuamento do uso do cartão, que já havia
234 sido tratada e continuava em pauta, assim como o responsável técnico, sendo tema recorrente e
235 acreditando tratar-se de temas que continuariam em pauta. Sugeriu que separassem os temas
236 recorrentes e que estavam na pauta permanente, podendo ser tratado posteriormente, dos
237 assuntos que precisavam ser tratados imediatamente, escalonando e estabelecendo-se outros
238 tipos de punições. O Sr. Rinaldo sugeriu que tratassem como medida e não como punição, a ser
239 aplicada no caso do descumprimento, com a concordância do Sr. Nicolino. Prosseguindo, o Sr.
240 Nicolino observou que essa separação de temas não prejudicaria o estudo do DIEESE, o qual
241 poderia trazer sugestões de aprimoramento. Ponderou que se desenvolvessem uma discussão
242 imediata para esse problema, não significaria que seria uma medida eterna e imutável, podendo
243 ter até sugestão de aperfeiçoamento pelo estudo do DIEESE, propondo que tomassem
244 conhecimento da proposta do governo para isso. O Sr. Rinaldo colocou que se fosse necessário,
245 destacariam a questão do restante do documento, e enviaria para que todos pudessem analisar.
246 O Sr. Régis falou sobre o desvirtuamento do cartão e que já havia sido maior, mas com essa
247 discussão para evitar essa questão sendo positiva. Ressaltou que o trabalhador deveria escolher
248 qual o cartão que gostaria de ter, alimentação ou refeição, apesar de o Programa ser montado
249 em função da refeição, não da alimentação, mas cabendo uma discussão sobre o assunto. O Sr.
250 Oton ponderou que haviam tratado os pontos polêmicos, deixando de lado aqueles nos quais

251 havia consenso, sendo que, exceto a CNTur, que havia chegado posteriormente à comissão, os
252 demais membros já tinham esse documento, podendo-se deixar de lado essas questões e seguir
253 com o restante da proposta. O Sr. Rinaldo sugeriu que se olhasse o conjunto das propostas,
254 tirando-se os pontos sem consenso. O Sr. Valeir indicou ter lido toda a proposta, com o
255 DIEESE tendo feito o estudo sobre a mesma e tendo encaminhado para o MTE por ponto, mas
256 tendo que ler novamente para refazer o debate indicando que um dos pontos divergentes era a
257 unificação dos tickets. O Sr. Rinaldo informou que essa questão estava retirada de pauta tendo
258 sido excluída do documento. Prosseguindo, o Sr. Valeir observou que poderiam ser os dois
259 tipos, sendo a saúde do trabalhador o princípio do programa, tendo que se trabalhar nesse
260 sentido e discutir o que era melhor para o trabalhador, com os limites de valor estando na
261 proposta. O Sr. Valeir ponderou que havia várias questões a serem discutidas, para aprimorar o
262 PAT, com a proposta do governo tendo pontos interessantes e que não poderia ser ignorada.
263 Que com certeza o DIEESE a levaria em consideração, assim como as demais colocações, para
264 aprimoramento do Programa, tendo que fazer um trabalho muito grande com o Ministério da
265 Saúde, com os três segmentos trabalhando juntos para levar adiante esse aprimoramento. O Sr.
266 Nicolino propôs que o DIEESE considerasse a proposta anterior e todos os trabalhos realizados
267 como insumo. Solicitou que fosse criado um novo documento sobre a gradação de medidas,
268 podendo ser até com o texto anterior, mas com data atual, sendo encaminhado pelo MTE para
269 todo e com o DIEESE continuando com o estudo geral. O Sr. Rinaldo concordou com essa
270 proposta, mas não sabendo se dentro do prazo do DIEESE de 6 meses, teriam condição de
271 antecipar um pedaço do pacote, sendo mais interessante ao final desse período olhar para o
272 conjunto dessa proposta. Considerava que nesse período não conseguiriam tirar esse pedaço da
273 proposta e ter consenso, mas que podiam fazer uma discussão em separado. O Sr. Régis
274 discorreu sobre a eliminação do documento anterior, sendo excluído definitivamente por ser
275 ruim tanto para o trabalhador quanto para o empregador, falando sobre as propostas que o
276 mesmo continha. Que no mesmo somente poderiam destacar a discussão sobre a gradação, ou
277 escalonamento das medidas preventivas das empresas, com o resto sendo descartado. O Sr.
278 Rinaldo discordou, ponderando que o documento não era ruim, mas trazia pontos polêmicos,
279 com o mesmo tratando mais de segurança alimentar e nutricional do que de fiscalização. Após
280 algumas colocações, observou que nessa reunião haviam resgatado pontos do documento, com
281 a comissão devendo ter retirado os pontos polêmicos e aprovado o que era viável naquela
282 oportunidade. Ressaltou que haviam pedido ajuda ao MTE, o qual resgataria os pontos
283 positivos do documento inicial e que poderiam melhorar o programa. O Sr. Norton ponderou
284 que estavam em uma Comissão tripartite e todos tinham que decidir, ao que o Sr. Rinaldo
285 observou que tudo o que havia sido publicado na história dessa Comissão havia sido com
286 consenso, com a concordância do Sr. Norton. Prosseguindo, o Sr Norton observou que o
287 DIEESE havia sido contratado devido às dificuldades com o documento, e poder dar um
288 direcionamento, tendo que se partir da premissa da legislação vigente do PAT, buscando novos
289 caminhos, considerando que o documento havia sido rejeitado, mas que isso não impedia que
290 fosse entregue como colaboração para o DIEESE. Manifestou que essa era sua proposta, partir
291 do que já estava vigente, considerando que com o prazo colocado não teriam tempo de discutir,
292 indagando quando seria a próxima reunião, ao que o Sr. Rinaldo informou ser em 14 de junho.
293 Continuando, o Sr. Norton encontrava que deveriam aguardar o trabalho do DIEESE, e sobre o
294 qual fariam o arcabouço da nova legislação. O Sr. Rinaldo ponderou que o documento trazia
295 pontos fundamentais para o Ministério do Trabalho, que entendia que inovava e melhorara o
296 programa, e os quais defenderiam. O Sr. Valeir concordou, tendo estudado esse documento,
297 observando que não mudariam a proposta, mas sim a legislação vigente. Ponderou que todas as
298 informações eram importantes, com o documento final em forma de decreto, sendo discutido
299 pela a assessoria jurídica do CTPAT, com todos querendo o melhor possível, discorrendo sobre
300 como esse processo seria conduzido. Falando sobre os problemas existentes, que levavam ao

301 descredenciamento das empresas, esperava que fizessem uma boa reunião no final do ano,
302 iniciando 2013 com outra situação, chegando ao final desse ano no mínimo com o dobro de
303 trabalhadores incluídos nesse Programa. O Sr. Régis ponderou que havia coisas boas no
304 documento, o qual seria usado nos novos estudos. A Sra. Tatiana observou que havia sido
305 consenso a parte da gradação, do escalonamento das medidas, primeiro ponto que teriam que
306 começar a discutir, com a concordância do Sr. Rinaldo, colocando-se à disposição para
307 sugestões. Indicou que mandariam o documento com algumas tarjas nas partes ruins para que
308 visualizassem apenas as medidas aplicáveis. O Sr. Nicolino sugeriu compor um GT para
309 acelerar essa discussão e poder fazer com que a bancada de trabalhadores e empregadores
310 tivesse um posicionamento até a próxima reunião. O Sr. Rinaldo indagou se havia consenso,
311 sugerindo três membros, um de cada bancada, para discutir paralelo a questão das medidas
312 aplicáveis quando houvesse descumprimento do programa, conforme proposta do Sr. Nicolino.
313 O Sr. Rinaldo, como contraproposta, propôs que o governo encaminhasse a sua posição e as
314 demais bancadas se organizariam para fazer essa discussão e dar a resposta, colocando-se à
315 disposição para subsidiar tecnicamente a reunião. A seguir, o Sr. Rinaldo informou que a
316 Associação Nacional dos Restaurantes havia ajuizado uma ação na justiça federal de São Paulo
317 contra a União e havia conseguido uma decisão liminar determinando que os associados da
318 NR, associados à época do ajuizamento da ação, em 10 de maior de 2011, pudesse fazer a sua
319 inscrição como fornecedor do programa sem indicação do responsável técnico. Esclareceu ser
320 uma decisão liminar, com inscrição provisória, sendo que se houvesse uma adesão de mérito,
321 sendo divergente, haveria o cancelamento automático dessas inscrições, com o processo
322 estando à disposição dos interessados. Informou que a AGU havia feito recurso, mas que ainda
323 não havia saído a liminar, mas atuando no processo para tentar derrubar essa decisão e, para
324 tentar que a decisão de mérito fosse favorável à União, com algumas colocações sobre essas
325 entidades. O Sr. Nicolino falou sobre o GT a ser constituído, indagando o número de
326 integrantes e a designação da coordenação, para conhecimento. Após algumas ponderações, o
327 Sr. Rinaldo sugeriu 60 dias para apresentar o resultado da análise, com o Sr. Nicolino fazendo
328 a interlocução com o Ministério, e com os Sres. Régis e Valeir pela bancada dos trabalhadores,
329 com o Sr. Nicolino responsável por solicitar a presença do MTE quando necessário. O Sr.
330 Rinaldo se comprometeu a entregar o documento na próxima semana. **5. Data da próxima**
331 **reunião.** O Sr. Nicolino informou as reuniões marcadas para 14 de junho e 13 de setembro,
332 com a proposta da bancada do governo de cancelar a reunião de junho, mantendo a de
333 setembro, visto que o DIEESE estaria fazendo esse trabalho e não teriam pauta para junho.
334 Após algumas colocações, o Sr. Norton sugeriu o envio da proposta do GT, que o Ministério
335 analisaria e sentariam para discutir, com o Sr. Rinaldo observando que talvez não
336 conseguissem fazer esse estudo até 14 de junho, desmarcando essa data e marcando uma
337 reunião extraordinária para essa discussão. O Sr. Nicolino falou sobre as assinaturas dos
338 contratos, iniciando com quem estivesse em Brasília, comunicando por e-mail o seu paradeiro.
339 **6 Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, o Sr. Rinaldo declarou encerrada a reunião.

Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
Ministério do Trabalho e Emprego

Sra. Maria Flor de Lys Sousa Lopes
Ministério do Trabalho e Emprego

Sr. Itamar Pedro da Silva
Ministério da Fazenda

Sr. Carlos Cezar Soares Batista
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Sra. Mariana Carvalho Pinheiro
CGAN/SAS

Sr. Valeir Ertle
CUT

Sr. Regis Savietto Frati
Força Sindical

Sr. Maurício Ferreira Silva
CGTB

Sr. Mário Teixeira
CTB

Sr. Fábio de Salles Meireles
CNA

Sr. Nicolino Eugênio da Silva Jr.
CNF

Sr. Norton Luiz Lenhart
CNC

Sra. Gina Marini Vieira Ferreira
CNI

Sr. Jovenilson Alves de Souza
CNT

Sr. Samir Abdalah
CNTur

Sr. Marcus Mugnaini
CNI

Sr. Oton Garcia
SRTE/BA

Sra. Tatiana Vella Carneiro
CNA

Sra. Tatiana Abranches
CNC

Sra. Helenice Maria Silva
MPS